

CORDIALIDADE E RELAÇÕES DE AJUDA NAS FRONTEIRAS FLÚIDAS DO TERCEIRO SETOR

Eloisa Helena de Souza Cabral

Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo, Brasil

1. Introdução

A singularidade da relação público-privado no Brasil se expressa, entre outras manifestações, no desafio de construção de um espaço público que tenha a capacidade de refletir os aspectos graves que a questão social assumiu entre nós. O Terceiro Setor (TS), suas organizações e iniciativas na área de proteção social no Brasil, expressam materialmente estas condições como campo, onde grupos sociais dialogam seus interesses e expectativas, ao lado de políticas públicas sustentadas pelo Estado e de atividades providenciadas pelo setor mercantil.

De acordo com Evers (1995), concebemos o TS como realização de *área intermediária* do sistema de *mistura* de proteção social, e não como um limite funcional

de características organizacionais (SOUZA CABRAL, 2003), de modo a qualificá-lo relacionado ao conceito de *espaço público não estatal*, que se apresenta dotado de atributos *coordenados e convergentes* de representatividade de interesses públicos, democratização, qualidade e efetividade de serviços, visibilidade social, universalidade, cultura pública, autonomia e controle social (WANDERLEY, 1998). Essa concepção está a indicar que o TS deve ser localizado como uma dimensão desse espaço na sociedade civil, uma vez que engloba as relações entre o econômico e o político, o público e o privado, e se apresenta como substancial à democracia, que, enquanto princípio organizativo justifica o interesse público pela questão social¹. Essa concepção posiciona o TS como área intermediária e híbrida, no sentido de coligir lógicas, concepções e áreas de atuação que intersectam espaços do Estado, do mercado e da comunidade, permitindo que recuperemos, na sua localização estrutural os fluxos e tensões que emanam dos três setores angulares nessa situação fronteiriça.

Nosso objetivo nesse artigo é nos determos na fronteira com a comunidade e examinar, a partir dela, para o caso brasileiro das organizações prestadoras de serviços assistenciais e sociais, a natureza das tensões que daí confluem, principalmente no aspecto de seus determinantes sociais e históricos que singularizam a relação público-privado.

2. Aspectos da formação das noções de público e privado no Brasil

O conceito de TS de Evers que adotamos solicita que investiguemos, no caso brasileiro, as conexões que a manifestação da comunidade comunica ao espaço público, onde se manifestam as tensões das suas relações com o Estado e mercado. Assim, a aplicação rigorosa dessa abordagem para a investigação das organizações do Terceiro Setor (OTS), requer a consideração de aspectos da formação da noção de público, para que possamos esclarecer algumas de suas nuances. Os pesquisadores, que se debruçaram sobre a história brasileira, identificaram um constante conflito entre elementos públicos e privados, que se apresentavam como aspectos especiais das estruturas estatais, familiares,

¹ Para uma exposição detalhada destes conceitos e de nossa abordagem do lugar relacional do TS, consultar nossa contribuição à outra seção deste Congresso em Souza Cabral (2004).

elitistas, clientelistas, federalistas, imperiais, modernas, tradicionais, protecionistas ou liberais, das relações sociais na formação da sociedade.

A concepção de pertinência a um espaço público não estatal não se delimita exclusivamente pela ação ou ausência de ação do Estado, mas, dialoga com ele e reside na expectativa de segmentos da sociedade civil, que se organizam e se expressam politicamente. A condição fronteira desse espaço e sua vinculação às representações privadas da questão social, permitem concebê-lo como região de fluxos e influências, reconhecendo a capacidade de admissão, em sua constituição, de características historicamente desenvolvidas.

As tensões, que emanam da organização política do Estado brasileiro e da evolução econômica do setor mercantil são sintetizadas por Wanderley (1999, p. 55) como *a inserção assimétrica no mundo globalizado e a persistência contraditória do atraso*. Podemos agregar a essas razões, a organização corporativa do aparelho do Estado e a fragmentação de sua capacidade de promoção do desenvolvimento. No centro das tensões que emanam da comunidade, podemos localizar o traço definidor das relações sociais no Brasil. O conceito de *cordialidade*, introduzido por Sérgio Buarque de Holanda (1993), permite investigar dois aspectos desta problemática. Em primeiro lugar, possibilita unificar a apreciação das relações sociais e reconhecer aqueles aspectos contraditórios na expressão de uma identidade historicamente construída e desenvolvida, em uma sociedade dominada por questões sociais, decorrentes da exploração e do elitismo desbragados, porém, nem sempre suficientemente reconhecidos e expressos materialmente nos conflitos. Em segundo lugar, reconhecida a *cordialidade*, podemos examinar como ela pode alijar a questão social da esfera pública e da intervenção imediata, responsável e autônoma de atores sociais, condenando à marginalidade o processo de construção de um espaço público, segmentando-o, confundindo-o e restringindo-o a expressões isoladas e parciais.

Oliveira (2000) resume a interpretação de Gilberto Freire, Caio Prado, Machado de Assis, Celso Furtado, Florestan Fernandes e aspectos de Sérgio Buarque de Holanda, apontando a *anulação da política, do dissenso e do desentendimento* como a base estrutural que as elites, escravistas, *cordiais* ou latifundiárias, usaram para impedir a criação de uma esfera pública exigida sempre, no reino político, por iniciativa dos setores

populares. Oliveira chama esse processo de *largo*, lembrando aspectos de constante violência reproduzida em períodos sucessivos e de acordo com interesses internacionais, que menosprezavam a construção de uma nação desenvolvida e democrática.

Wanderley (1996) aponta a expansão das práticas clientelistas e a disseminação do patrimonialismo como os elementos fundamentais para o movimento de privatização do público, ilustrando a “*fragilidade das relações entre o público e privado e as poucas alternativas favorecedoras da publicização*”. As bases culturais desse processo são apresentadas por Chauí (2000, p. 78) no *mito fundador do Brasil* como um conjunto de versões fundadas na instituição eclesiástica que compreendia a nação como “*um achamento português que entra na história pela porta providencial* (explicando a fragilidade das relações sociais), *que tenderá a ser a versão segundo a qual a nossa história já está escrita, faltando apenas o agente que deverá concretizá-la ou completá-la no tempo...mas também entramos na história pela porta milenarista* (explicando as poucas alternativas de futuro) *que, pouco a pouco tenderá a ser percorrida pelas classes populares*”.

É paradigma na análise da constituição mundial do TS citar Alexis de Tocqueville (1962, p. 391) em sua análise na *Democracia na América* em 1835, como estudioso que reconheceu as estruturas comunitárias e associativas da vida social americana. Tocqueville apontou que essas estruturas já dialogavam com o setor privado e influenciavam a constituição do Estado americano com um *ímpeto associativista que atingindo americanos de todas as idades* os levava a ser reconhecidos nas leis e representados nas instituições.

Comparativamente no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1993, p. 10) se expressa pela inexistência dessa atitude:

“É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária(...)o que entre elas predomina é a concepção de que o ócio importa mais que negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. Também se compreende que a carência dessa moral do trabalho se ajustasse bem a uma reduzida capacidade de organização social. Efetivamente o esforço humilde anônimo e desinteressado é agente poderoso da solidariedade dos interesses e, como tal estimula a organização racional

dos homens e sustenta a coesão entre eles. [grifo nosso] *Onde prevalece uma forma moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranqüilidade entre os cidadãos, porque são necessárias uma e outra, à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, as idéias de solidariedade. A bem dizer, essa solidariedade entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos”* [grifo nosso].

Se o conceito de cordialidade permite examinar o surgimento peculiar de motivações para a solidariedade em um sentido que emana da sociedade e da cultura para a conformação organizacional, é em Raimundo Faoro, na sua análise da formação do patronato político brasileiro, que encontramos o conceito de *Estado patrimonial* o qual permite examinar a mesma questão em sentido contrário, a partir dos constrangimentos que a peculiar estrutura do Estado brasileiro comunicou às organizações.

Para elas Faoro mostra que ao *congelamento e paralisia de um Estado em sua forma barroca* corresponde e transpira, para as dimensões das instituições públicas, a mesma estética barroca de *enfeitar sem produzir*. Daí, o evanescimento do diálogo com o social e o distanciamento do cidadão em relação ao público, nas suas determinações de bens, objetos, fatos ou coisas, os quais na ótica patrimonialista pertencem ao rei e não supõem a conexão ou diálogo com setores sociais outros que não a figura do poder centralizador da *monarquia escravista e colonial*.

“A classe é um fenômeno da economia e do mercado sem que represente uma comunidade...as formas sociais e jurídicas assumem caráter constitutivo na estrutura global estabilizando as manifestações econômicas, freando o domínio das classes. Numa sociedade desta sorte, pré-capitalisticamente sobrevivente, apesar de suas contínuas modernizações, a emancipação das classes nunca ocorreu. Ao contrário, a ascensão social se desvia no topo da pirâmide, num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante não será possuir mais bens, senão o afdalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio público... O soberano e o terceiro estado são as realidades únicas – os outros enfeitam sem produzir... Dentro da hierarquia e a partir desta origem, um setor politicamente dinâmico, o populismo, lançaria o germe” (FAORO, 2000, p, 330).

Capistrano de Abreu (1988, p. 256) que, transferindo o foco das investigações históricas da instância estatal para a esfera da cultura, em busca de códigos capazes de delinear um perfil nacional, admite que entre os grupos sociais havia apenas a *comunidade ativa da língua e passiva da religião*, reconhecendo amargamente que *vida social não existia porque não havia sociedade*.

Vamos encontrar em Gilberto Freyre o testemunho da organização incompleta das relações sociais no Brasil, fundadas nas assimetrias e desigualdades que aparecerão determinantes da questão social.

“Num processo de equilíbrio de antagonismos, o branco e o negro se misturavam no interior da casa grande e alteravam as relações sociais e culturais, criando um novo modo de vida no século XVI. As relações de poder, a vida doméstica e sexual, os negócios e a religiosidade forjavam, no dia a dia, a base da sociedade brasileira(...)que se equilibra em antagonismos de economia e cultura, católico e herege, jesuíta e fazendeiro, bacharel e analfabeto, mas predominantemente sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”(FREYRE, 1996, p. 53).

Coube a Caio Prado Jr. apontar, no processo econômico da colonização brasileira, o caminho de constituição das relações sociais que se mostrarão direcionadas para propósitos exteriores no sentido de prescindirem de motivações e instrumentos de desenvolvimento e organização que fossem publicamente construídos. Este é o sentido de uma publicização ausente na construção do espaço público não estatal brasileiro.

“Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizará a sociedade brasileira” (PRADO : 1965 : 25).

Estas relações assimétricas, incompletas e projetadas no exterior, portanto sem vínculos para total realização na sociedade civil, é que produzirão a característica da cordialidade. No Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda (1975), *cordial* tem como primeira acepção *“relativo ao coração, afetuoso, afável,*

sincero, franco”; vocábulo derivado do latim *cor, cordis* (relativo ao coração e ao seu imaginário) dando margem às interpretações de que *cordial* se refere ao âmbito exclusivo dos afetos, ensejando portanto uma redução ao conceito de *homem cordial* quando esse passa a ser compreendido somente pelo lado da bondade e dos afetos.

Essa é a acepção presente em Gilberto Freyre quando, em *Sobrados e Mucambos*, associa cordialidade e miscigenação:

“A simpatia à brasileira – o homem simpático de que tanto se fala entre nós, o homem feio, sim, mas simpático e até ruim ou safado, é verdade, mas muito simpático; o homem cordial – essa simpatia e essa cordialidade, transbordam principalmente do mulato (...) ninguém como eles é tão amável (...) uma maneira cordial de oferecer ao estranho uma xicrinha de café; a casa; os préstimos” (2000, p. 673).

Jaime Pinsky, em *Nossa identidade cotidiana*, já aponta determinada assimetria na cordialidade:

“Gosto de pensar que, apesar de tudo, somos ainda seres razoavelmente cordiais e hospitaleiros, embora esta característica não resista à forma pela qual agimos com os mais pobres e menos poderosos. Grades e guaritas, vidros de carro fechados e sobressalto diante de qualquer abordagem não são exatamente sinais de cordialidade, e o simpático e leviano apareça lá em casa para jantar qualquer dia desses, é antes um traço de falsidade do que de hospitalidade”. (1999, p. 44)

É em *Raízes do Brasil*, que Sérgio Buarque de Holanda estabelece o conceito de *homem cordial* que nos interessa, sob uma orientação precisa e muito diferente dessa acepção. O autor afirma que *“da expressão cordialidade se eliminam juízos éticos e apologéticos (no caso bondade ou homem bom) ... essa cordialidade ... não abrange apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem do coração, da esfera do íntimo, do familiar e do privado”* (1993, p. 107). Sérgio Buarque se recusa a associar cordialidade com miscigenação ou fazê-la decorrer de traços psicológicos (ROCHA, 1998).

Centrando sua análise em determinantes sociais, Sérgio Buarque identifica a origem do *homem cordial* na família patriarcal, na *herança rural*, cuja sociabilidade supõe a transposição da ordem privada para a ordem pública. O *homem cordial* se

desenvolve a partir da matriz ibérica, ganha corpo na formação social brasileira que, baseada em sua origem rural, vai se conformando pela hipertrofia da esfera privada e pela primazia das relações pessoais, em um país que não desenvolvia suficientemente suas instituições como instrumento de articulação do público e do privado. Esses dois fatores combinados tornaram a condução da “*coisa pública*” um apêndice das disposições particulares de grupos de famílias ou das camadas dominantes. O homem cordial é um traço estrutural de uma sociedade cujo espaço público enfrenta dificuldades para se instituir autonomamente, tanto em relação à esfera privada, quanto em relação aos instrumentos do poder estatal.

Situação semelhante foi estudada por Sousa Santos (1995) introduzindo o conceito de *sociedade providência* para as redes de relacionamento, ajuda mútua e vizinhança em Portugal. Ao lado das relações positivas desse arranjo (altruísmo, reciprocidade, solidariedade), o autor identificou uma conjunção negativa (ausência de direitos, discriminação de diferenças, paternalismo) que pode comprometer a construção de espaços públicos democráticos.

Como exemplo desta abordagem histórico-social, que permite apreender nuances sutis da organização da proteção social em uma dada sociedade, Silvia Portugal (1995, p. 155) investigou na sociedade portuguesa *redes informais de apoio à maternidade*, apontando o papel da dádiva e das relações familiares de solidariedade, capazes de criar nas fraturas do Estado Providência português e nas especificidades históricas do seu desenvolvimento, um conjunto de ações importantes que *operacionalizam* o Estado Providencia. Essa análise conclui pela forte *matrilinearidade* desta forma de apoio e mostra formas de expressão popular como: “*com quem se pode contar, o que se recebe para o bebé, o que se faz para o bebé, uma ajudinha quando preciso, uma mãozinha para cuidar*” que conformam uma *morfologia* destes vínculos sociais, confirmando, na concepção da autora, *a centralidade da sociedade providencia na provisão do bem estar*.

Elementos críticos do conceito de cordialidade aparecerão na análise de Sérgio Buarque de Holanda, quando mostra que até no domínio religioso o brasileiro estabelece uma “*intimidade desrespeitosa*” com os santos, concluindo que o traço “*mais específico do homem brasileiro*” é o “*horror às distancias*”, por meio do qual todo rito, por mais “*rigoroso*” que seja, sempre se “*afrouxa*” e se “*humaniza*”.

Desconsiderando a moderação de regras impessoais, fundadas na divisão das esferas de sociabilidade pública e privada, a cordialidade tanto pode ser revestida de violência como de seu contrário. Na gramática afetiva, conjuga todos os verbos na primeira pessoa do plural, estereótipo da ação que tem por base laços de amizade (ROCHA, 1998). O uso do diminutivo *inho* é lembrado por Holanda (1993, p. 108) como “*aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos...é a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração*”.

No Brasil, a cordialidade sujeita o vínculo jurídico à relação pessoal e confunde a instancia de subordinação com formas também pessoais de submissão, estabelecendo o favor como uma forma de moeda. Assim, o *homem cordial* desenvolveu-se na experiência histórica brasileira na medida em que esta sociedade alargava e enrijecia suas estruturas, compensando com suas ações e seu modo de ser a fragilidade das instituições e dos mecanismos administrativos impessoais, substituindo ao longo do tempo os vácuos de um Estado, distante e pouco presente, cuja gênese, em um sistema colonial, assentou-se em relações patrimoniais. A cordialidade nesta sociedade indica a prevalência do particular, acessível ao toque do indivíduo sobre a norma abstrata, que se caracteriza pela permanente busca de humanizar todo direito, personalizar todo o conflito, trazendo-os continuamente para a proximidade da influência intimista dos envolvidos imediatos.

Enraizado na vida política, o “*horror às distâncias*”, descrito por Sérgio Buarque, torna a vida pública brasileira um misto consagrado até hoje de personalismo, paternalismo e clientelismo. Se quisermos um dia, uma revolução vitoriosa, ela deveria, segundo aquele autor, liquidar os “*fundamentos personalistas*” da nossa vida social. Em última instância, liquidar a “*velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar*”.

3. Desafios para a construção do espaço público na presença de elementos de cordialidade.

Guardadas essas considerações, podemos nos perguntar como o conceito de “*homem cordial*” se manifestou no campo do TS. A cordialidade se constitui, nas diversas camadas sociais, em um instrumento de proteção dos grupamentos sociais em

relação ao Estado, figurado no espaço público, distante e agente da coerção. As organizações de serviços sociais, as associações, as entidades corporativas e sociais, que se constituíram no Brasil, apresentaram-se como expressão de uma sociedade fortemente marcada pelo atributo da cordialidade, no processo de organização do espaço público não estatal. Já identificamos que este atributo nada tem necessariamente de cooperativo ou de solidariedade e na conformação das entidades ele se apresentou como um elemento de coesão e proteção, fortemente associado a valores religiosos de fortalecimento da família e dos laços de parentesco e proximidade. A questão social era apreendida como a questão cotidiana e imediata que exigia a constituição de um arcabouço de proteção social para os interesses privados do grupo, e a cordialidade implicava, naturalmente, a rede de aproximações e “*jeitinhos*”, capazes de dirigir um acervo de benefícios para os membros do grupo.

Esse espaço de relações sociais se desenha desde sua origem, dirigido a um “público” necessitado de serviços que o espaço, própria e necessariamente “público” do Estado, não visava garantir e do qual se mantinha distante. Os elementos corporativos, clientelistas e assistencialistas encontram neste ambiente os ingredientes necessários para a sua expansão e este espaço público que se conforma apresenta-se com todos os atributos discutidos da *cordialidade*, feita agora como propriedade de uma instituição e não de pessoas, institucionalizada portanto como matriz de um tipo de organização. Esta situação guarda a instabilidade político institucional do espaço público e o agigantamento do espaço das relações privadas, ou de grupos privados, para o tratamento de uma questão social que embora pertença à sociedade, está precariamente representada na intervenção específica do grupo, de seus valores e objetivos que não necessariamente contêm a expressão inequívoca de parcela da sociedade. Neste sentido encontramos a representação das tensões que conformam o espaço público na forma apresentada por Evers.

Esses argumentos são uma constatação da natureza real das OTS e não um juízo de valor ou uma expectativa virtual sobre o que elas deveriam ser. De fato, no Brasil, essas organizações têm um acervo de realizações que garantiu, apesar de condicionantes históricos e sociais, que o público alvo fosse atendido nas suas necessidades. A eliminação retórica das contradições originais que a cordialidade comunicou ao TS não

eliminar a realidade da questão social, nem tão pouco promoveria uma imediata recuperação da cidadania. É a partir dessas contradições que devemos exercitar a função do pesquisador para contribuir a um debate, de não tomar o objeto de estudo liminarmente como ele sugere ser tomado, mas apreendê-lo nos limites e desafios que a realidade lhe impõe.

A realização do espaço público não estatal pertinente e necessário ao desenvolvimento das OTS, na forma concreta de sua origem e desenvolvimento, implica a superação de alguns desafios práticos. Wanderley (1996) apresenta os rumos do espaço público no Brasil, insistindo na democratização política que *garanta que a nação venha a se reconhecer no Estado* e no enfrentamento da *questão social que permita dar substancialidade ao público*.

As OTS que se movimentam exclusivamente por missões que interpretam a questão social e engendram, por sua natureza, o diálogo político entre seus públicos-constituintes, como parte do diálogo nacional de reconhecimento proposto por Wanderley, ocupam nesse cenário uma peculiar posição. Para elas, os desafios práticos podem ser apontados como (WANDERLEY, 2000):

Desafio da Representatividade: onde se encontram os atributos de visibilidade, representatividade e democratização. As OTS, precisam apresentar-se com identidade coletiva, trabalhando em conexão ou redes, de forma legal inequívoca e transparente. Devem relacionar-se soberanamente com outras instituições e agências de fomento, com base nos princípios de colaboração e cooperação.

Desafio da Sustentabilidade: solicita a consolidação da base filantrópica privada, escapando à armadilha de supor que a filantropia empresarial seja sua única fonte. No plano político, apresenta-se com o objetivo de construir uma cultura pública que agregue o voluntariado, a responsabilidade social e se apresente ao Estado como interveniente na questão social.

Desafio da Efetividade Social: encontram-se aqui os atributos de autonomia e controle social. Representa a autonomia, a efetividade da organização na sua proposta de articulação do seu público instituidor, que autonomamente assumiu uma iniciativa privada para o enfrentamento de um problema público, publicizando sua ação. O controle social representa a resposta à sociedade, da efetividade da proposta anterior como meio

de cumprimento da missão, acompanhamento do interesse público, inclusão das comunidades e garantia da qualidade política.

A dimensão política desses desafios desempenha um papel de ricas determinações na contemporaneidade, enquanto possa significar a exposição dos interesses e expectativas dos públicos que se cruzam nas ações do TS. O debate atual da reforma do Estado inclui uma articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa onde a contribuição do TS dar-se-á pela construção dos elementos do espaço público não estatal, garantindo a eficácia da cooperação, da solidariedade e da prioridade de valores humanos civilizatórios.

4. Caso: Projeto Fome de Saber.

O Brasil convive com uma conhecida deficiência na disponibilização de material de leitura para a população. Aproximadamente 1000 dos 5560 municípios brasileiros não possuem bibliotecas públicas. No Estado de São Paulo, geralmente uma exceção positiva, aproximadamente 100 dos 645 municípios também não possuem este equipamento. No setor mercantil a situação não difere. Dados gerais apontam que 90% dos municípios brasileiros não possuem uma livraria. Como prática das comunidades, enquanto o hábito de leitura é estimado em 5 livros por ano por habitante nos EUA e 7 livros por habitante por ano na França, no Brasil este número não ultrapassa 1,8 livro por habitante por ano (UNDIME, 2004).

Esses dados evidenciam a ausência de soluções provenientes do setor público, bem como o desinteresse do mercado em prover meios de acesso ao recurso. A baixa escolaridade, a pobreza do hábito e a índole, aparecem como justificativas imediatistas e superficiais para a situação, apresentada como retroalimentada.

De modo propositivo e inovador a FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, uma instituição de ensino superior dotada de natureza jurídica de OTS, desenvolveu um projeto que visava dotar aquela centena de municípios paulistas de uma biblioteca. Existiam apoios do Estado, na forma de disponibilização de dados estatísticos, incentivos e fomento geral aos quais a instituição se filiou. O projeto de instalação, recursos áudio

visuais, informatização e formação de recursos humanos, obedeceu ao mesmo padrão daqueles disponíveis originalmente na instituição e que são considerados de excelência.

Para formar o acervo necessário a instituição desenvolveu um trabalho de sensibilização de seu público natural (alunos, professores e funcionários) e de setores da população da cidade de São Paulo, baseando-se na solidariedade de doar e no valor intrínseco do bem a ser disponibilizado – a biblioteca. O argumento motivador do envolvimento dos públicos foi a veiculação da imagem de “*como um livro afetou a minha vida*”.

Esta exposição deliberada de um argumento que faz a ligação entre os valores do indivíduo doador e o resultado que se almeja, colocando-o no lugar do beneficiário, recorre ao ingrediente positivo da cordialidade, potencializando-o como preceito e insistindo no caráter da ajuda e da rede. Essa ajuda apresenta determinada mutualidade no sentido de repor, para o indivíduo doador, as condições de seu desenvolvimento e a participação, com interesse, em uma iniciativa solidária. Se em sociedades habituadas a movimentos semelhantes essa iniciativa seria decorrência natural do interesse solidário; no Brasil, ela se reveste de características inusitadas e desperta real interesse, merecendo destaque por se sobrepôr a iniciativas estatais ou mercantis e por demandar um esforço construtivo considerável e um apelo a aspectos implícitos que exigem dedicação e criatividade.

Na presença histórica da cordialidade, a comunidade por si não foi capaz de induzir iniciativas exemplares. Porém, a cordialidade, se convenientemente interpretada e conduzida socialmente, pode provocar manifestações positivas estabelecendo elementos de solidariedade, no sentido de induzir pessoas a assumirem interesses de outros que estejam expressos correlatamente aos seus interesses e valores. Desse modo é exemplar que estudantes que avaliam por importante o livro, se disponham a assumir a implantação de mais unidades no projeto, por identificarem valores seus nas representações cordiais de outros, criando redes de ajuda e atendimento.

A cordialidade, nesse sentido, guarda características complementares que podem se manifestar como elemento de proteção e coesão, sugerindo sua importância para a amplificação de valores solidários. Ela, como elemento fundamental das relações sociais no Brasil, mantém condição de servir de apoio, se convenientemente tratada para projetos

como o “*Fome de Saber*”, que encampam os desafios da seção anterior. Ao se apresentar publicamente, com visibilidade através de uma campanha de motivação e prestação de contas a instituição produziu o encontro com o desafio de *representatividade*. Produziu também um ingrediente de cultura pública ao se associar a outras fontes de fomento e de modo autônomo pretender um nível de efetividade social que respondem pelos desafios de *sustentabilidade e efetividade*.

O espaço de sociabilidade criado pelo instituição, através do projeto quando conectado pelas redes de trabalho dos públicos que a ele se associaram, produziu ações que o sujeitam a uma avaliação prática de sucesso, materializando o que denominamos (SOUZA CABRAL, 2004) sua manifestação como possibilidades de expressão do espaço público não estatal.

Bibliografia

ABREU, Capristano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2000.

EVERS, Adalbert. Part of the welfare mix: the third sector as an intermediate area. New York, *Voluntas* 6-2, p.159-182, 1995.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Volume 1. São Paulo : Globo, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro : Record, 2000. 12^a. Ed.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993. 25^a Ed.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs). *Os sentidos da democracia*. São Paulo : Vozes, 2000.

PINSKY, Jaime. *Cidadania e Educação*. São Paulo : Contexto, 1999.

PORTUGAL, Silvia. As redes informais de apoio à maternidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, N°42, 155-178, Maio 1995.

PRADO, Caio Júnior. *Formação econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo : Brasiliense, 1965.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade*. O público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Sociedade-Providência ou autoritarismo social? In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, N°42, I-VII, Maio 1995.

_____. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SOUZA CABRAL, Eloisa Helena de. Gestão social no terceiro setor: avaliação de processos e missão institucional. Coimbra, *Oficina do Ces* 190, 2003.

SOUZA CABRAL, Eloisa Helena de. A gestão social no Terceiro Setor e suas dualidades. Contribuição ao painel: O papel do empresário social: características, particularidades e desafios. VIII Congresso Luso Afro Brasileiro, Coimbra, 2004. A ser publicado nesse volume.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1962.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. *Qualidade 2004*. Disponível em www.undime.org.br . Consultado em 10 de julho de 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo : Revista da Fundação Seade : v. 10(4), out-dez. 1996.

_____. O ensino público não estatal: uma inovação? *Ciência e cultura*. São Paulo, SBPC, 40-4, p.365-370, 1998.

_____. Espaço público e educação. KRAWCZYK, Nora, CAMPOS, Maria Malta, HADDAD, Sérgio(orgs.) In: *O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI*. São Paulo : Autores Associados, 2000.